

# **O desamparo psíquico e as relações de interdependência, pensando com Freud e Judith Butler**

## **Psychic helplessness and relations of interdependency, thinking with Freud and Judith Butler**

 10.21680/1983-2109.2023v30n61ID29325

**Petra Bastone**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
petrabastone93@gmail.com

**Resumo:** O desamparo psíquico é um conceito fundamental na psicanálise e está presente em textos de diferentes épocas da teoria freudiana. Por meio dele, Freud nos mostra nossa completa dependência de um outro, que é capaz de nos oferecer um conforto frente a um desamparo, que é eterno e irreversível. Assim que nascemos, estamos fadados a viver em desamparo. Em paralelo com a teoria de Judith Butler, pretendemos fazer a relação do desamparo psíquico tratado por Freud com o conceito de precariedade e os laços de interdependência presentes na obra da autora, que mostra como a interdependência revela o nosso estado de precariedade em comum.

**Palavras-chave:** Desamparo psíquico; Interdependência; Vulnerabilidade

## O desamparo psíquico nos textos de Freud

O desamparo psíquico, segundo a teoria freudiana, possui desdobramentos e consequências, que são imprescindíveis para a teoria psicanalítica, e estará presente em textos freudianos de diferentes épocas. O tema é tratado por Freud desde o seu *Projeto para uma psicologia científica* de (1895/1950), passando por textos como *Inibição, sintoma e angústia* (1926/2014) e *O futuro de uma ilusão* (1927/2014). Em sua primeira aparição, o desamparo está no texto freudiano de 1895 para tratar da primeira experiência de satisfação. Nela, o autor narra que um determinado estímulo endógeno é sempre recebido pelo aparelho, gerando tensão e necessidade de ser abolido. Para que isso ocorra, é necessária a ação de alguém externo capaz de suprir essa necessidade. A ação descrita por Freud é a da amamentação de um bebê recém-nascido, que possui uma intensa relação de dependência com sua mãe, tendo em vista que não consegue suprir suas necessidades sozinho e se sente em completo desamparo. Nas palavras do autor:

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais* (FREUD, 1895/1950, p. 241).

Essa primeira experiência de satisfação é fundamental para a formação do indivíduo e, também, na teoria freudiana.

A constante busca pela volta da primeira experiência de satisfação é o que Freud (1900/2012) chama, em *A interpretação dos sonhos*, de desejo:

A criança faminta chorará ou se debaterá desamparadamente. Mas a situação permanece inalterada, pois a excitação proveniente da necessidade interna não corresponde a uma força que percute de maneira momentânea, mas a uma que atua de maneira contínua. Apenas pode ocorrer uma mudança quando, por uma via qualquer – no caso da criança por meio da assistência alheia –, se faz a experiência da vivência de satisfação, que elimina o estímulo interno. Um componente essencial dessa vivência é o surgimento de certa percepção (no exemplo, a percepção da nutrição), cuja imagem mnêmica, daí por diante, fica associada ao traço mnêmico da excitação da necessidade. Tão logo essa necessidade reaparecerá, resultará graças à ligação estabelecida, uma moção psíquica que pretende investir outra vez a imagem mnêmica daquela percepção e causar novamente a própria percepção, ou seja, na verdade restabelecer a situação da primeira satisfação. Uma moção dessas é o que chamamos de desejo (p. 593-594).

Em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud (1926/2014) tenta conceituar a angústia e estabelecer quais os fenômenos que a originam. Com isso, ela aparece como uma reação à falta do objeto, que será capaz de suprir suas necessidades, a saber, a figura materna. O que ocorre na situação de insatisfação que o bebê vivencia é quando, segundo Freud, “magnitudes de estímulo alcançam nível desprazeroso, não sendo controladas mediante utilização psíquica e descarga, deve ser análoga à vivência do nascimento para o bebê, uma repetição da situação de perigo” (FREUD, 1926/2014, p. 58-59). Assim, o desamparo psíquico é vivido quando o Eu ainda se encontra muito imaturo. Freud (1926/2014) apresenta uma linha do tempo referente aos medos e perigos enfrentados pelo Eu em cada fase do desenvolvimento infantil:

O perigo do desamparo psíquico se adéqua ao período de vida em que o Eu é imaturo, assim como o perigo da perda do objeto corresponde à dependência dos primeiros anos da

infância, o perigo da castração, à fase fálica, a angústia ante o Super-eu, à época de latência (p. 63).

A angústia se apresenta, então, como um resultado do desamparo psíquico do bebê. Na fase fálica, com o complexo de castração, o medo da separação da mãe se encontra no medo da perda do pênis, já que a posse do órgão representa, para o menino, a esperança de reunificação com sua mãe por meio do coito. Assim, Freud (1926/2014, p. 60) traz o raciocínio de Ferenczi, que faz a seguinte relação: “A subtração desse membro equivale a uma nova separação da mãe; significa, portanto, ser abandonado, desprotegido, a uma tensão desprazerosa gerada pela necessidade (como no nascimento)”. Após a situação de perigo se apresentar no medo da perda materna e no medo da castração, Freud aponta o medo perante a autoridade do Super-eu.

A angústia, que antes permeava as relações parentais, passa a ser ainda mais impessoal e pertence ao campo da consciência e ao campo do social. Torna-se, segundo o autor, ainda mais complexo dizer o que a angústia teme e qual situação de perigo ela evidencia. O Eu teme a exclusão, a crítica e o perigo, que são representados pela perda do amor do Super-eu e pela angústia da morte como resultado do poder dessa ação do Super-eu. A situação de desamparo, também, é experienciada quando uma grande quantidade de excitação sexual não encontra descarga. Desse modo, a angústia se origina na libido. O Eu, então, sofre o desamparo perante a necessidade de satisfação.

Freud (1926/2014), ainda, salienta que o desamparo psíquico do ser humano é um dos responsáveis pela formação de neuroses. Pelo fato de nascemos cedo demais, estamos fadados a viver eternamente com o desamparo, o qual buscamos superar.

A existência intrauterina do ser humano mostra-se relativamente breve, comparada à da maioria dos animais; ele é trazido ao mundo menos ‘pronto’ do que eles. Por isso, a influência do mundo real externo é reforçada, a diferenciação do Eu em relação ao Id é logo promovida, os perigos do mundo externo têm sua importância elevada e o valor do único objeto capaz de proteger contra esses perigos e tomar o lugar da vida intrauterina perdida é bastante aumentado. Portanto, o fator biológico dá origem às primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que jamais abandona o ser humano (FREUD, 1926/2014, p. 75).

O sinal de angústia ativado perante uma situação de perigo quer dizer “estou esperando uma situação de desamparo” (FREUD, 1926/2014, p. 86). Assim, a situação de desamparo é antecipada frente a uma situação de perigo. Por isso, o sinal de angústia nos informa de uma situação que está sendo aguardada ou nos informa de que uma experiência traumática será vivenciada novamente.

Passemos a analisar, agora, o desamparo psíquico abordado em outro texto freudiano. Em *O futuro de uma ilusão*, Freud (1927/2014) relaciona o desamparo humano com a necessidade do ser humano da figura de um pai, de deuses capazes de proteger e afastar os males que nos ameaçam, entre eles as ações da natureza, que ameaçam a nossa existência. Nas palavras do autor:

Esses (os deuses) conservam sua tripla tarefa: afastar os terrores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do destino, tal como ela se evidencia na morte, sobretudo, e compensá-los pelos sofrimentos e privações que lhes são impostos pela vida civilizada que partilham (FREUD, 1927/2014, p. 201).

Com a noção de desamparo humano, Freud (1927/2014) tenta explicar a necessidade das práticas religiosas e da figura de um pai para a sobrevivência e a proteção do ser humano, que tenta, mesmo que, inutilmente, superar o seu desamparo que é inesgotável. Dessa maneira, afirma Freud, é semelhante

à figura do pai para a criança. O pai (depois da mãe que primariamente é quem o alimenta e o protege de toda situação de perigo) é aquele que a protege ao mesmo tempo em que é temido. Com o passar do tempo e a criança deixa de existir, o ser humano transfere toda essa ambivalência de sentimentos do pai para uma figura maior capaz de o proteger, mas que, simultaneamente, ele teme por possíveis castigos e punições:

Como já sabemos, a terrível impressão deixada pelo desamparo da criança despertou a necessidade de proteção – proteção através do amor –, fornecida pelo pai; e a compreensão de que esse desamparo continua por toda a vida motivou o apego à existência de outro pai – agora mais poderoso (FREUD, 1927/2014, p. 214).

De acordo com Freud (1927/2014), não seria impossível o ser humano sobreviver sem a existência de uma ilusão religiosa apesar da necessidade de aceitar o seu completo desamparo. Conforme o autor, seria o equivalente à ação de um filho, que deixa a casa de seu pai repleta de conforto e paz, para viver a vida por si mesmo. O desamparo psíquico, tratado por Freud como um dos responsáveis pela busca do ser humano por deuses e práticas religiosas que fossem capazes de os proteger, fala sobre nossa relação de dependência, seja de outros (pais, responsáveis), de forças transcendentais (deuses etc.) ou de práticas religiosas. Bom, na teoria do desamparo psíquico, Freud revela que todos temos algo em comum: que passamos toda a vida tentando superar o insuperável. Veremos, com as obras de Butler, como a interdependência e a vulnerabilidade tratadas pela autora se relacionam com a teoria do desamparo psíquico.

### **O luto e a nossa relação de dependência com o outro**

Para tratar o tema da interdependência, consideramos necessário trazer quatro textos, em que a filósofa Judith Butler aborda o tema do luto e da interdependência e como somos

feitos e desfeitos de acordo com os nossos laços sociais. Alguns deles trazem a teoria freudiana como melhor forma de compreender tais relações. São eles: *Quadros de Guerra* (2015), *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018), *Vida precária* (2019) e *The force of nonviolence* (2020). Veremos, ainda, como o tema do seu livro de 2020, já encontra esboço em textos bem anteriores, como em *Quadros de Guerra*, lançado originalmente 11 anos antes.

No segundo capítulo de *Vida precária*, com a análise do luto, Butler (2019) mostra como uma perda revela nossa dependência e apego ao outro. Os laços de interdependência se mostram intensos quando, na perda, se vai, também, um pouco de nós. Freud (1917/2016, p. 101), sobre o luto, diz:

A prova de realidade mostrou que o objeto amado já não existe mais e decreta a exigência de que toda a libido seja retirada de suas ligações com esse objeto. Em geral, o homem não abandona de bom grado uma posição libidinal. Essa oposição pode ser tão intensa que dá lugar a um afastamento da realidade e uma adesão ao objeto através de uma psicose alucinatória do desejo. A tarefa que a realidade solicita pode não ser atendida imediatamente, é cumprida pouco a pouco. Cada uma das lembranças e expectativas pelas quais a libido estava conectada ao objeto é enfocada, superinvestida e nelas ocorre a dissolução da libido.

Ao contrário do que pensava Freud, Butler entende que a pessoa passa pelo luto não quando ela esquece o objeto perdido ou quando o substitui por outro, mas sim quando aceita que aquela perda a transformará. Segundo a autora, a perda entrega e enfatiza a nossa vulnerabilidade por sermos apegados constitutivamente a outros: “A perda e a vulnerabilidade parecem se originar do fato de sermos corpos socialmente constituídos apegados a outros, correndo o risco de perder tais ligações, expostos a outros, correndo o risco de violência por causa de tal exposição” (BUTLER, 2019, p. 40).

Quando perdemos alguém, perdemos, também, parte de nós mesmos, sendo que esses laços que cultivamos com o outro são partes constituintes de nós. Assim, são indissociáveis o “eu” e aquilo que foi perdido, pois se perde, também, uma parte de nós. Segundo Butler (2019, p. 42): “De certa maneira, acho que perdi ‘você’ apenas para descobrir que ‘eu’ desapareci também. É na perda que somos capazes de reconhecer que os laços relacionais com aquele que se vai são tão intensos a ponto de transformar algo em nós:

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiro ao trazer à tona laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o ‘nós’ é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra (BUTLER, 2019, p. 43).

O luto, como afirma a autora, é a prova de que somos mantidos pelas nossas relações com os outros. Na medida em que conservamos sempre algo daquilo que se vai em nós mesmos, não somos capazes de distinguir o que somos sem aqueles que se foram. “Somos desfeitos uns pelos outros. E se não o somos, falta algo em nós” (BUTLER, 2019, p. 44). Conforme a autora, somos despossuídos por nossa relação com o outro. O luto é uma forma de despossessão, que é fundamental para a nossa constituição.

Se nem sempre sei o que se apossa de mim em tais ocasiões, e se nem sempre sei o que perdi em outra pessoa, pode ser que essa esfera de despossessão seja precisamente aquela que expõe o meu desconhecimento, a impressão inconsciente da minha sociabilidade primária (BUTLER, 2019, p. 48).

Ao mesmo tempo em que somos constituídos por nossas relações com o outro, somos, também, despossuídos por elas,

afirma Butler (2019). Ter um corpo é saber que ele não é só nosso desde que nascemos. Somos entregues ao outro, somos expostos ao outro e estamos vulneráveis em relação ao outro mesmo que essa vulnerabilidade, salienta a autora, nos seja comum. É a violência que é capaz de provar a nossa interdependência e vulnerabilidade perante o outro. Tal qual na primeira cena de desamparo descrita por Freud, somos, desde o começo, entregues, vulneráveis e dependentes de um outro, que será capaz de nos manter livres do perigo. A violência explora muitas maneiras de ser perante o outro. Quando praticamos ou somos vítimas de um ato de violência, somos invadidos ou invadimos o campo do outro. O reconhecimento da vulnerabilidade do outro é o que faz com que consigamos mudar a condição de vida do outro e de nós mesmos.

Quando reconhecemos o outro, ou quando pedimos por reconhecimento, não estamos pedindo para que um Outro nos veja como somos, como já somos, como sempre fomos, como éramos constituídos antes do encontro em si. Em vez disso, ao pedir, ao fazer um apelo, já nos tornamos algo novo, uma vez que somos constituídos em virtude de ter alguém se dirigindo a nós, uma necessidade e desejo pelo Outro que ocorre no sentido mais amplo da linguagem, sem o qual não poderíamos existir. Pedir por reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro. É também apostar a própria existência de si, e a própria persistência na existência de si, na luta pelo reconhecimento (BUTLER, 2019, p. 65-66).

### **O enquadramento, as assembleias e a nossa condição de precariedade**

Em *Quadros de guerra*, a autora permanece no tema da vulnerabilidade e enfatiza a ideia de que as relações de interdependência dependem do reconhecimento da vulnerabilidade do outro, mas antes disso, não se pode

reconhecer uma vida como lesada se não a compreendemos como vida:

Não há vida sem as condições de vida que sustentam, de modo variável, a vida, e essas condições são predominantemente sociais, estabelecendo não a ontologia distinta da pessoa, mas a interdependência das pessoas, envolvendo relações sociais reproduzíveis e mantenedoras, assim como relações com o meio ambiente e com formas não humanas de vida, consideradas amplamente (BUTLER, 2015, p. 34).

O enquadramento é fundamental para pensar quais vidas são mais precárias do que outras e como os laços sociais são responsáveis por fazer dessas vidas menos ou mais precárias. Para a autora, não há vida sem as redes de apoio capazes de garantir a nossa sobrevivência em meio à nossa precariedade. Vale ressaltarmos, aqui, que a autora diferencia precariedade de condição precária. Enquanto a primeira é comum a todos nós, a segunda é a condição específica de um grupo, que possui redes de apoio social e econômicas deficientes e, com isso, sofre mais riscos de vida.

Assim como dependemos da natureza, dependemos, também, uns dos outros. O reconhecimento de nossa vulnerabilidade comum e da nossa interdependência é primordial para as relações sociais.

Mas se somos seres sociais e se nossa sobrevivência depende de um reconhecimento de interdependência (que pode não depender de uma percepção de semelhança), então sobrevivo não como um ser isolado e fisicamente delimitado, mas como um ser cuja delimitação me expõe a outros de maneira voluntária e involuntária (às vezes simultaneamente), uma exposição que é a condição tanto da sociabilidade quanto da sobrevivência (BUTLER, 2015, p. 86).

O reconhecimento da precariedade compartilhada introduz fortes compromissos normativos de igualdade e convida a uma universalização mais sólida dos direitos que procure abordar as necessidades humanas básicas de alimento, abrigo

e demais condições de sobrevivência e prosperidade (BUTLER, 2015, p. 50).

Ao trazer o enquadramento da guerra, Butler (2015) afirma que o papel das guerras é justamente tentar anular a ideia de que todos somos submetidos uns aos outros, vulneráveis perante uns aos outros e somos dependentes de acordos globais capazes de assegurar nossa sobrevivência. O apelo que a autora faz à interdependência em *Quadros de Guerra* é um apelo ao fim de uma separação que não reconhece a precariedade como algo comum a todos. Ao segregarmos e ao separarmos, afirmamos que algumas vidas são mais “matáveis” que outras. Ao reconhecermos nossa precariedade e através das relações de interdependência, conseguimos sobreviver e amenizar a condição precária de alguns mediante políticas e organizações.

Assim, pontua a autora: “A guerra é precisamente um esforço para minimizar a precariedade para alguns e maximizá-la para outros” (BUTLER, 2015, p. 86). A maneira de reagir a isso é reconhecer que algumas vidas foram mais lesadas que outras em decorrência da guerra e só sobrevivemos porque reconhecemos que vivemos em relações de interdependência e não sobrevivo de maneira isolada.

A reivindicação de não-violência já ganha uma primeira reflexão em *Quadros de guerra* (BUTLER, 2015). Segundo a autora, somos formados através da violência. Assim: “precisamente porque alguém é formado através da violência, a responsabilidade de não repetir a violência da formação é ainda mais urgente e importante” (BUTLER, 2015, p. 235). Para a autora, a reivindicação da não-violência só é possível, porque a violência está na constituição do sujeito. O que deve ser feito não está na produção do sujeito, mas sim na possibilidade de transformação e no bom uso das normas, que produzem essa violência que o constitui (vale ressaltar que Butler é contra a ideia de que toda normatividade esteja

baseada violência). A não-violência é a própria resistência contra uma violência na qual estamos imersos:

A não-violência não é, precisamente, uma virtude nem uma posição, e certamente não é um conjunto de princípios a ser aplicado universalmente. Ela denota a posição imersa e conflituosa de um sujeito que está ferido, cheio de raiva, disposto a uma retaliação violenta, e, não obstante, luta contra essa ação (muitas vezes fazendo com que a raiva se volte contra ela mesma) (BUTLER, 2015, p. 240).

As práticas de violência, como a agressão e a raiva, são maneiras de anulação do outro, assevera a autora. Logo, se somos todos precarizados e interdependentes, unidos através de laços, na medida em que tento anular o outro, estou, ao mesmo tempo, anulando a mim mesmo.

Em *Corpos em aliança e políticas das ruas*, Butler (2018) reflete sobre o papel das assembleias e manifestações em massa. De acordo com a autora, tais manifestações possuem a interdependência em primeiro plano e reivindicam uma rejeição à precariedade e ao direito de ter sua vida vivida e representada. É o “exercício performativo do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas vivíveis” (BUTLER, 2018, p. 22). A autora continua a afirmar, assim como nas outras obras mencionadas, a importância do reconhecimento da vida humana como vida e a importância da interdependência para que essas vidas sejam reconhecidas. Se estou vivo, é porque uma rede de apoio existe para sustentar a minha vida: a água, o meio ambiente, outras vidas que fazem a minha ser possível. As alianças são importantes, pois são uma forma de reconhecer o valor igual das vidas que as constituem:

Minha hipótese é que modos de reconhecer e mostrar certas formas de interdependência têm a possibilidade de transformar o próprio campo do aparecimento. Eticamente falando, tem que existir uma maneira de encontrar e forjar um conjunto de ligações e alianças, de ligar a

interdependência ao princípio do igual valor, e fazer isso de uma forma que se oponha àqueles poderes que alocam a condição de reconhecimento diferencialmente, ou que interrompa sua operação tida como certa. Uma vez que a vida é entendida como igualmente valiosa e interdependente, certas formulações éticas resultam daí (BUTLER, 2018, p. 33).

Para Butler (2018), o papel das alianças é, principalmente, exigir que todas as vidas sejam vivíveis, todas elas tenham o mesmo valor e o mesmo direito de serem vividas. A precariedade só é vencida se uma interdependência se torna possível de ser vivida:

O oposto da precariedade não é a segurança, mas luta por uma ordem social e política igualitária na qual uma interdependência possível de ser vivida se torne possível – esta seria, ao mesmo tempo, a condição do nosso autogoverno como uma democracia, e a sua forma sustentada seria um dos objetivos obrigatórios desse governo (BUTLER, 2018, p. 51).

A interdependência nos demonstra, além da nossa precariedade, a nossa ligação com aquele outro que sofre, aquele que divide comigo o lugar onde vive, aquele que, mesmo distante, está ligado a mim e que todas as situações e infortúnios que acontecem com o outro podem me atingir ou podem chegar até mim.

Não podemos presumir que a interdependência é um estado bonito da coexistência; ela não é o mesmo que a harmonia social. Inevitavelmente, nos insurgimos contra aqueles de quem somos mais dependentes (ou aqueles mais dependentes de nós), e não existe uma maneira de dissociar a dependência da agressão de uma vez por todas – esta foi, talvez, a reflexão profunda de Melanie Klein, mas certamente também de Thomas Hobbes, em outro idioma (BUTLER, 2018, p. 101).

Nessa obra, o que a autora argumenta é que a formação das assembleias e dos laços sociais que lutam por uma causa não tentam negar ou anular a nossa condição de precariedade em comum, mas sim lutar pelo direito da interdependência como forma de sobreviver a precariedade. Não sobrevivemos

sozinhos. Do nascimento até a morte, necessitamos de redes de apoio e alianças com os demais seres humanos para garantirmos a nossa existência e para que nossa vida seja vivível. Sobre isso, Butler (2018, p. 144) relata:

Tentei sugerir que a condição precária é a condição contra a qual vários novos movimentos sociais lutam; esses movimentos não buscam a superação da interdependência ou mesmo da vulnerabilidade enquanto lutam contra a precariedade. Ao contrário, o que buscam é produzir as condições nas quais a vulnerabilidade e a interdependência se tornem vivíveis.

A interdependência e as políticas de coligação, também, incluem uma constante ameaça de morte. Ao se juntar a um grupo ou alguém, você reivindica o seu direito de viver mesmo que a vida desse outro possa anular a sua. Nosso corpo e nossa existência estão sempre vulneráveis e expostos a outros, os quais não conhecemos e não sabemos de suas reivindicações. Aí, entra a solidariedade tão crucial na interdependência. Quando vidas que são consideradas dispensáveis se reúnem, elas estão reivindicando o direito de serem vistas e reconhecidas.

## **Os laços sociais e a não-violência**

Em seu livro mais recente *The force of nonviolence: An Ethico-Political bind* (BUTLER, 2020, p. 23), as reflexões sobre os laços de interdependência se mantêm no pensamento butleriano fazendo uma crítica ao individualismo e reforçando a importância do reconhecimento da nossa interdependência para uma ética da não-violência:

Primeiro, a não-violência agora tem que ser entendida menos como uma posição moral adotada por indivíduos em relação a um campo de ação possível do que uma prática social e política realizada em concerto, culminando em uma forma de resistência às formas sistêmicas de destruição juntamente

com um compromisso com a construção que honra a interdependência global do tipo que incorpora ideais de economia, liberdade, igualdade social e política.<sup>1</sup>

A vulnerabilidade, aponta a autora, não deve ser compreendida como um estado subjetivo, mas sim como uma característica da nossa forma interdependente de viver. Somos sempre vulneráveis perante um outro, uma estrutura, uma situação, e isso nos faz completamente expostos e dependentes dele:

A compreensão relacional de vulnerabilidade mostra que não somos totalmente separáveis das condições que tornam nossas vidas possíveis ou impossíveis. Em outras palavras, porque nós não podemos existir libertos de tais condições, nunca somos totalmente individualizados (BUTLER, 2020, p. 39).<sup>2</sup>

É só por que somos interdependentes que podemos pensar o aquecimento global como um problema comum, o racismo e a questão dos refugiados como um problema de responsabilidade coletiva e que só pode ser pensado e combatido com medidas conjuntas e de alcance mundial, salienta a autora. Um futuro igualitário só é possível tendo em vista a interdependência e a aceitação de que a igualdade é, afirma a autora, uma característica presente nas relações sociais, que depende completamente de uma interdependência declarada.

Se nos perguntarmos por que qualquer um de nós deveria se preocupar com aqueles que sofrem à distância de nós, a resposta não se encontra em justificativas paternalistas, mas

---

<sup>1</sup> Tradução minha.

<sup>2</sup> Tradução minha.

no fato de que habitamos o mundo juntos em relações de interdependência (BUTLER, 2020, p. 42).<sup>3</sup>

Ninguém sobrevive sozinho, coloca a autora. Somos todos dependentes desde que nascemos de alguém para nos alimentar, alguém que possa fazer possíveis as formas de vida e locomoção, as estruturas e os vínculos sociais. Somos dependentes de um meio ambiente com ar suficientemente bom para que possamos respirar. Enfim, não vivemos isolados. Nas palavras de Butler (2020, p. 36): “Mas, independentemente de nossas discussões com a psicanálise – e o que é a psicanálise, senão uma teoria e prática com a qual as pessoas discutem – talvez possamos dizer que não superamos a dependência da infância quando nos tornamos adultos”.<sup>4</sup> Tornamo-nos adultos buscando uma autossuficiência e um individualismo que é em vão. A nossa precariedade e a nossa interdependência provam que sozinhos não somos ninguém e, mesmo que não sejamos tão dependentes quanto um bebê, ainda somos dependentes de nossas relações e de nossos vínculos sociais.

Em toda a obra, Butler ressalta a importância das práticas de igualdade nas relações sociais, pois, só através dela, somos capazes de viver uma ética da não-violência.

Vale a pena repetir: se a prática (da não-violência) permanece restrita a um modo de vida ou decisão individual, perdemos de vista essa interdependência que por si só articula o caráter relacional da igualdade, bem como da possibilidade de destruição que é constitutivo das relações sociais (BUTLER, 2020, p. 49).<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Tradução minha.

<sup>4</sup> Tradução minha.

<sup>5</sup> Tradução minha.

A violência implica uma desigualdade, uma vez que, se determinado grupo social não é visto como ser humano, como podem ser salvaguardados de uma resolução não violenta de conflitos? Apenas as vidas que são consideradas vidas podem ser poupadas do uso da violência. Os conflitos e a violência são constitutivos dos laços sociais e das relações de interdependência. Assim, uma prática da não-violência inclui pensar que todas as vidas são igualmente valiosas e, portanto, devem ser preservadas e poupadas da violência em geral. Entender o valor igualitário de todas as vidas é a melhor maneira de praticar a não-violência, pontua Butler (2020).

Sugeri que o potencial violento emerge como uma característica de todas as relações de interdependência, e que um conceito de vínculo social que leva a interdependência como uma característica constitutiva é aquela que perpetuamente avalia as formas de ambivalência, aquelas que Freud entendeu como emergentes do conflito entre o amor e o ódio. Espero sugerir que, para reconhecer a distribuição desigual da gravidade de vidas pode e deve transformar nossos debates sobre igualdade e violência. Na verdade, uma defesa política de não-violência não faz sentido fora de um compromisso com a igualdade (BUTLER, 2020, p. 77).<sup>6</sup>

No último capítulo da obra, a autora traz o conceito freudiano de mania como uma forma de romper os laços de interdependência entre o objeto perdido e o Eu, representando uma força contrária à melancolia. A importante e interessante abordagem que Butler (2020) traz do conceito de mania é uma forma de expor a solidariedade como uma força capaz de combater a força destrutiva do Super-eu perante o Eu. Como vem afirmando em toda sua obra: é imprescindível que pensemos de forma coletiva, já que vivemos em relações de interdependência.

---

<sup>6</sup> Tradução minha.

A autora inicia o último capítulo, denominado “*Political Philosophy in Freud: War, Destruction, Mania, and the Critical Faculty*”, expondo que Freud em *Reflexões sobre guerra e morte*, de 1915, possuía questões acerca da primeira grande guerra, tratavam de compreender o que mantinham as pessoas em laços e o que podia fazer com que esses laços se rompessem. Para Freud, a cega fúria de destruição é capaz de unir as pessoas e nações na guerra, mas também as separa, e é também o incentivo para defender a nação e destruir os inimigos. Esse conceito irá se transformar em pulsão de morte futuramente. O poder de destruição desencadeado pela guerra, afirma Butler (2020), rompe os laços sociais de tal forma que não deixa claro se, futuramente, uma reparação seria possível, prejudicando relações passadas e, também, uma possível coexistência pacífica no futuro.

No pensamento freudiano, como bem salienta Butler, a ambivalência entre sentimentos está sempre presente. O amor e o ódio podem habitar um só objeto. Eros e Thanatos, por mais que possuam objetivos contrários, andam juntos como, por exemplo, o pai no complexo de Édipo, ao mesmo tempo que o filho o odeia, o admira e deseja ser como ele. O amor pode unir as pessoas, mas também possui potencial de destruição (na medida em que o que une as pessoas é o amor em comum por uma pessoa, um líder, um ideal). É o que aparece em *Psicologia das massas e análise do Eu*, obra de 1921. Segundo Freud (1920-1923/2011), os grupos podem ser destrutivos entre eles ou usar o poder de destruição contra outros grupos. Ambas as formas de destruição são baseadas em uma inibição da faculdade crítica (Super-eu). Essa faculdade crítica pode superar o poder do amor.

É nesse momento que Butler (2020) traz o conceito de mania como uma forma de conter o poder destrutivo do Super-eu como uma metáfora para uma força contra a destruição. O que ocorre na melancolia é um processo

diferente do luto. Nela, existe uma perda inconsciente do objeto, e o desinteresse e a recriminação se viram para o próprio eu. Freud deixa claro que a crítica e a hostilidade contra o Eu podem ser fatais. Os processos de identificação são fundamentais para os laços sociais, mas também possuem um caráter destrutivo, afirma a autora. Sendo assim, a mania e sua reivindicação de quebra dos laços com o objeto perdido são uma reivindicação da vida, da sobrevivência do Eu perante o Super-eu tirano.

A mania representa, como afirma Butler (2020), uma não obediência ao *status quo*, e a figura do tirano é utilizada por ela para mostrar que apenas uma ação “maníaca” de desidentificação com o tirano é capaz de tirá-lo do poder. Segundo a autora, a mania recorre a uma solidariedade social, o que implica que nenhum de nós vivemos um ideal perfeito. Desse modo, compartilhamos todos da mesma falha. Por isso, a perfeição que o Super-eu, busca, é inalcançável e os comportamentos que ele critica é comum a todos nós.

### **Considerações finais**

Ao trazer dois temas fundamentais em duas teorias que se encontram, trago, também, a reflexão sobre a nossa completa dependência de um outro, que, muitas vezes, sequer conhecemos. Com Freud, vemos que, desde o início de nossas vidas, somos dependentes de alguém que venha a satisfazer nossas necessidades e de nos manter vivos. O desamparo nos persegue durante a vida e tentamos minimizá-lo com o apego a pessoas, práticas religiosas, deuses etc. Com Butler, vemos que as relações de interdependência se dão mesmo com aqueles que moram distantes de nós e até mesmo aqueles que podem nos colocar em perigo. O desamparo psíquico e o desamparo social/econômico e político andam juntos e se complementam, pois, na medida em que estou inserido na cultura, o desamparo é irreversível e só pode ser apaziguado

mediante relações de dependência e apoio mútuo. Sendo assim, não sobrevivemos isolados e sem ligações amorosas que estejam engajadas em nos nutrir com as comunidades futuras que possibilitam a nossa sobrevivência social.

A partir do momento em que reconhecemos uma vida como vida, somos capazes de perceber que uma vida não deveria ser mais valiosa que outra. Algumas vidas só possuem o direito ao luto negado, porque não são reconhecidas nem quando vivas. Aqueles que não possuem o direito de enlutar seus entes e amigos são privados de outros tantos direitos enquanto comunidade. Somos feitos e desfeitos pelo outro, assevera Butler (2019). Dessa maneira, sempre que perdemos algo ou alguém, um pouco de nós se perde também. Se agimos com violência contra alguém, também somos atingidos violentamente. Estamos interligados e sempre que ajo contra o outro, violento a mim mesmo. Com Freud, vimos que a perda se incorpora em nós e já não sabemos distinguir o que somos nós sem as perdas que sofremos.

Em *Quadros de guerra*, Butler (2015) já mostra que algumas vidas são enquadradas como matáveis e, assim, não são enlutáveis. Apesar da vulnerabilidade e desamparo que é comum a todos nós, alguns vivem uma condição de precariedade que faz com que essas vidas não sejam reconhecidas como vidas. É, também, em *Quadros de guerra* que a autora já dá indícios da reflexão sobre uma ética da não-violência, embrião do que vai ser investigado por Butler em sua obra de 2020. Para ela, a reivindicação de uma não-violência só é possível, porque somos formados por violência. Por isso, devemos lutar pela força contrária. É por que a violência está inerente a nós que, se a praticamos contra o outro, somos violentos contra nós mesmos. Se tiramos do outro de forma violenta, algo, também, é tirado de nós, mais uma vez provando a nossa interdependência. Quando nos unimos em laços sociais e em assembleias, lutamos, também,

para o reconhecimento dessas vidas, que são enquadradas em uma condição precária.

Não sobrevivemos sozinhos. Só conseguimos sobreviver se reconhecermos nossa condição de precariedade e reconhecermos, também, a vida e a precariedade do outro. Como lutar pelas causas sociais se não reconhecemos o outro como vida? Como fazer com que as vidas das minorias sejam menos matáveis que outras? É a solidariedade que faz uma vida ser vivida em meio a relações de interdependência, que clamam por igualdade e defendem que as vidas devam ser igualmente valorizadas e vivíveis.

O uso da mania como forma de expressar a solidariedade é genial, pois, mostra que, mesmo em nosso lugar mais íntimo, podemos sofrer repressões injustas e cobranças, que são impossíveis de serem realizadas. A mania é, se posso fazer essa relação, as assembleias e comunidades que lutam por causas sociais e defendem aqueles que são minorias oprimidas e que possuem o direito à reivindicação negado. Sendo assim, todos os outros direitos são negados ou diminuídos também. Só conseguimos lutar por nós se lutarmos, também, pelo outro. Já que todos somos ligados e a interdependência nos une, partilhamos todos da nossa completa situação de desamparo e vulnerabilidade perante sistemas, políticas, pessoas e a natureza. Só podemos sobreviver se reconhecemos tal condição em nós e nos outros e lutarmos para que seus efeitos e sequelas sejam apaziguados.

## **Referências**

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas* – Notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio Lamaro e Arnaldo Marques da Cunha. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. *The force of nonviolence: An Ethico-political bind.* Brooklyn: Verso Books, 2020.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência.* Tradução Andreas Lieber. Revisão técnica Carla Rodrigues. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos (1900).* Tradução Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio Tania Ribera. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

FREUD, S. *Inibição, sintoma e angústia (1926).* In: FREUD, S. *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929).* Tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. *Luto e melancolia (1917).* In: FREUD, S. *Neurose, psicose, perversão.* Tradução Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FREUD, S. *O futuro de uma ilusão (1927).* In: FREUD, S. *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929).* Tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. *Projeto para uma psicologia científica (1895).* In: FREUD, S. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos.* Tradução James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1950.

FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923).* Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

**(Submissão: 29/06/22. Aceite: 19/04/23)**